Área Temática: Gestão Socioambiental

O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONALMENTE RECONHECIDAS: UM CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL?

AUTORES

GERALDINO CARNEIRO DE ARAÚJO

FIRB - Faculdades Integradas Rui Barbosa
geraldino.araujo@gmail.com

MARCO ANTONIO COSTA DA SILVA

Faculdades de Ciências Gerenciais de Dracena
jtemda@yahoo.com.br

TELMA ROMILDA DUARTE VAZ

Faculdades Integradas Rui Barbosa
trdvaz@yahoo.com.br

CARLOS RODRIGUES DA SILVA

Faculdades Integradas "Rui Barbosa"
pcsilva@terra.com.br

ANTONIO SERGIO EDUARDO

Faculdades Integradas Rui Barbosa - FIRB
asenassar@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho parte do pressuposto de que o processo de certificação às normas internacionalmente reconhecidas promove a sustentabilidade empresarial. As normas internacionalmente reconhecidas (ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001 e a SA 8000) certificam as organizações em termos de gestão da qualidade, do meio ambiente, da saúde e segurança ocupacional e da responsabilidade social. O SIG (Sistema Integrado de Gestão) integra a implantação e a implementação das normas. Para um melhor entendimento sobre a sustentabilidade empresarial, é preciso inicialmente conceituar o desenvolvimento sustentável, aquele que supre as necessidades presentes e se preocupa em atender as necessidades das gerações futuras. A discussão atual é que essas ações devam ser públicas; entretanto, a pressão da sociedade sobre as organizações exige ações sócio-ambientais privadas. Quando uma empresa apresenta valores ambientais e sociais e os alia com os fatores econômicos, podemos dizer que se trata de sustentabilidade empresarial. O trabalho conclui que o processo de certificação às normas internacionalmente reconhecidas promovem uma sustentabilidade empresarial básica.

Palavras-chave: Certificação; Sustentabilidade; Competitividade.

Abstract: This paper assumes that the process of suitability to the internationally recognized norms promotes enterprise sustainability. The internationally recognized norms (ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001 and SA 8000) certify the organizations in terms of quality, environment, occupational safety and health and social responsibility. SIG (Sistema Integrado de Gestão - Management Integrated System) integrates the implantation and implementation

of the norms. For better understanding of enterprise sustainability, it is necessary to define sustainable development as that which meets both current and future needs. The current discussion is that these actions should be public; however, the society pressure on the organizations demands private socio-environmental actions: when an enterprise presents social and environmental values and relates them with economic factors, enterprise sustainability is present. In conclusion, the process of suitability to the internationally recognized norms promotes enterprise sustainability basic.

Key words: Certification; Sustainability; Competitive.

1. Introdução

Com os avanços tecnológicos advindos após a revolução industrial e o crescente aumento da população a atividade humana passou a causar impactos importantes e, em muitos casos, irreversíveis ao meio ambiente, e o que durante muito tempo foi visto como fonte inexaurível de recursos disponíveis para servir às necessidades do homem agora passa a ser alvo de preocupação, porquanto os recursos são limitados. O desafio agora é “conciliar as atividades humanas, realizadas sob determinados sistemas econômicos e políticos, com a conservação dos sistemas naturais” (SAFATLE, 2006a, p. 20).

O ciclo produtivo da sociedade capitalista extrai do meio ambiente os insumos necessários para a produção de alimentos e bens de consumo, entretanto, o processo produtivo retorna resíduos sólidos, efluentes líquidos e emite gases poluentes em grandes quantidades, acarretando poluição ambiental e esgotamento dos recursos naturais. Outra preocupação que emerge é que há uma volumosa camada da população mundial que sofre com pobreza, fome e exclusão social.

A finitude dos recursos naturais e os impactos negativos dos resíduos das fábricas resultaram em um processo de desenvolvimento econômico sem preocupação com a natureza e com a qualidade de vida das pessoas. Exemplos da finitude dos recursos naturais e dos problemas ambientais que interferem nas indústrias em relação à qualidade de vida são: a poluição do ar e da água, as emissões tóxicas, os acidentes industriais e com produtos químicos, a alteração da composição da atmosfera provocada nos últimos anos pelo uso do combustível fóssil, pelas práticas agrícolas e pela devastação das florestas (SEVERO; DELGADO; PEDROZO, 2006).

As empresas procuram resultados financeiros, ampliação de fatias de mercado, sobrevivência e manutenção de sua competitividade. A globalização da economia e o acirramento da competição mundial elevam a escala de produção, com a conseqüente busca da redução dos custos. Entretanto, começa a ocorrer no contexto produtivo, a preocupação com questões sociais e ambientais.

1.1. Problema de Pesquisa e Objetivos

Historicamente, o desenvolvimento sustentável sempre foi uma obrigação ou preocupação do governo, no entanto, os recursos destinados a tal promoção são limitados. O setor privado tem assumido um papel relevante neste âmbito, conforme destacou Safatle (2006a) ao afirmar que sem a participação dos recursos privados, não é possível existir o uso sustentável da biodiversidade, e sem o uso sustentável, que gera renda e emprego, não haverá mais biodiversidade para abastecer o processo produtivo. A sustentabilidade ainda é um processo complexo para a maioria das empresas do mesmo modo que é para o governo e para os cidadãos.

Diante deste panorama as empresas têm buscado se reestruturar como forma de se adaptarem a esta percepção, questão que fica mais evidenciada quando se observa as relações de comércio exterior. As pressões sociais e restrições impostas às exportações de produtos para os países industrializados fazem com que as empresas sejam forçadas a buscar formas de reduzir seu impacto ambiental e a melhorar sua imagem frente à sociedade. Neste sentido, muito se tem procurado fazer para a sustentabilidade empresarial (CORAL, 2002).

Nesse contexto de transformações, onde as exigências para a competitividade são cada vez maiores para as organizações do setor produtivo, tem surgido um conjunto de normas de certificação que se propõe a contribuir para o alcance da sustentabilidade empresarial. Desta forma, esse artigo tem como objetivo investigar a seguinte questão: o processo de certificação as normas internacionalmente reconhecidas (ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18000 e SA 8000) contribui para a sustentabilidade empresarial? Assim, o artigo se propõe discutir o processo de certificação às normas internacionalmente reconhecidas e sua contribuição para a

promoção da sustentabilidade empresarial.

A discussão evidenciou que a preocupação social e ambiental aliada com resultados financeiros são os fundamentos da sustentabilidade empresarial. Conforme destacou Ribeiro (2006), o processo de incorporação da sustentabilidade empresarial é, em grande parte, influenciado e estimulado pelas pressões da sociedade civil ou por perdas associadas às questões sócio-ambientais. Nesse quadro, o grande desafio que surge é traçar caminhos para se alcançar a sustentabilidade empresarial.

2. Normas Internacionalmente Reconhecidas

Neste tópico são apresentadas às características das normas internacionalmente reconhecidas, consideram-se apenas as normas certificáveis: ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001 e SA 8000 apontadas por Martinhão Filho e Souza (2006) e Araújo, Morais e Mendonça (2006) (salienta-se que não é objeto de análise deste trabalho os sistemas de gestão não certificáveis). As normas podem ser implantadas e implementadas de forma associada e simultânea em um único sistema, conhecido como SIG – Sistema Integrado de Gestão.

2.1. ISO 9000 – Gestão da Qualidade

Os sistemas de gestão, de acordo com a ISO (2003), possuem vários focos e abordagens, estes, no entanto, não garantem defeito zero, poluição zero, ou risco zero, mas sim, um meio pelo qual as organizações se articulam sistematicamente para dar resposta às demandas exigidas pelas partes interessadas.

Segundo vários autores, entre eles Viterbo Júnior (1998), Harrington e Knight (2001) e Moreira (2001), o que garante um processo de confiabilidade na certificação organizacional aos requisitos normativos são as auditorias externas. Estas são realizadas por organismos de terceira parte, que possuem credibilidade e crédito para a emissão e manutenção de certificados das normas. Salienta-se a crescente inquietação das organizações em atenderem as normas e requisitos propostas pelo mercado externo. A ISO 9001 é uma norma de Sistema de Gestão da Qualidade, internacionalmente reconhecida, tendo sua última revisão datada no ano 2000. A organização que opta pela sua implementação pretende demonstrar sua capacidade para fornecer de forma coerente produtos e serviços que atendam as exigências dos clientes e requisitos regulamentares aplicáveis para aumentar a satisfação do cliente por meio da efetiva implementação do sistema, incluindo processos de melhoria contínua e a garantia da conformidade com os requisitos dos clientes e outros requisitos aplicáveis.

Com o advento da revolução industrial, os fabricantes começaram a ter dificuldade em oferecer aos seus clientes produtos isentos de defeitos por várias razões, sobretudo devido à grande complexidade do processo produtivo, aos numerosos trabalhadores da cadeia de produção e, ainda, à falta de motivação e de saber fazer de alguns deles. Maimon (1999) salienta que a ISO é uma federação mundial de entidades nacionais de normalização que congrega mais de 100 países, representando praticamente 95% da produção industrial do mundo. O representante brasileiro na ISO é a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. A ISO busca normas de homogeneização de procedimentos, de medidas, de materiais e/ou de uso que reflitam o consenso internacional em todos os domínios de atividades. Dentre às normas propostas, destaca-se a ISO 9000.

De acordo com a ISO, a aceitação da norma ISO 9000 para sistemas de gestão da qualidade pelos diversos países do mundo e suas empresas, tem crescido de forma acelerada ao longo dos anos, após a sua criação (ISO, 2002). Essa norma sugere o cumprimento de oito princípios de gestão da qualidade, que podem ser usados pela alta direção da empresa para conduzir à melhoria do desempenho (ABNT, 2000a): (i) Foco no cliente; (ii) Liderança; (iii); Envolvimento de pessoas; (iv) Abordagem de processo; (v) Abordagem sistêmica para a gestão; (vi) Melhoria contínua; (vii) Abordagem factual para tomada de decisão; (viii)

Benefícios mútuos nas relações com os fornecedores.

A NBR ISO 9001 é a única que certifica sistema de gestão da qualidade, sendo que as demais fornecem conceitos e diretrizes complementares, tal norma especifica requisitos para um sistema de gestão da qualidade, na qual uma organização precisa demonstrar sua capacidade para fornecer produtos que atendam os requisitos do cliente e os requisitos regulamentares aplicáveis, e objetiva aumentar a satisfação do cliente. Produto, de acordo com a definição da norma, é o resultado de um conjunto de atividades inter-relacionadas ou interativas que transforma insumos (entradas) em produtos (saídas) (ABNT, 2000b).

2.2 ISO 14000 – Gestão Ambiental

A ISO 14001 é uma norma de Sistema de Gestão Ambiental internacionalmente reconhecida. Foi publicada em 1996 pela ISO e revisada em 2004, tendo sido a sua estrutura baseada na norma BS 7750 publicada em 1999 pelo BSI. A organização que opta pela sua implementação pretende demonstrar um desempenho ambiental correto, a prevenção da poluição através do controle dos impactos de suas atividades, produtos ou serviços no meio ambiente, levando em consideração sua política e seus objetivos.

Atualmente as organizações estão cada vez mais empenhadas em atingir e demonstrar, não apenas junto dos seus clientes, atuais e potenciais, mas perante a comunidade em geral, um sólido desempenho ao nível ambiental. Desta forma, a definição da sua política e dos seus objetivos ambientais partem da consideração dos efeitos colaterais das suas atividades, nomeadamente a poluição e a utilização ineficaz dos recursos. Patrício (2002) afirma que esta evolução decorre da preocupação mundial com o aparecimento de um quadro legislativo cada vez mais restritivo. A avaliação ambiental das organizações, destinada a verificar o cumprimento das suas políticas ambientais bem como dos requisitos legais, deve ser realizada de acordo com um sistema de gestão estruturado e integrado na atividade global de gestão.

A conquista do certificado ISO 14000 será sempre um diferencial importante, tendo em vista o crescimento de uma conscientização ambiental, além do atendimento aos requisitos legais. Em países desenvolvidos, as certificações ambientais voluntárias significam para as empresas ampliação de mercado e garantia de consumidores fiéis. São aspectos aos quais empresas devem estar atentas, promovendo ações de respostas positivas frente às novas demandas ambientais, sempre em busca de maior competitividade (MIAMOTO, 2001). A ABNT, (1996) destaca que as organizações estão voltando suas atenções para a redução dos impactos ambientais, o que requer o comprometimento da organização de forma sistemática e com melhoria contínua. As normas da série NBR ISO 14000, equivalentes às ISO 14000, foram desenvolvidas para apoiar aos mais diversos tipos de organizações, na implementação e operação de sistemas de gestão ambiental no Brasil.

A NBR ISO 14001 especifica requisitos relativos a um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), permitindo que a organização possa elaborar uma política e objetivos que considerem as obrigações legais e os impactos ambientais significativos. Assim, a norma a NBR ISO 14001 é a única da série que certifica sistemas de gestão ambiental. A gestão ambiental é parte integrante do sistema de gerenciamento global da empresa. O SGA é dinâmico e interativo. Sua estrutura, as responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para a implementação dos diversos requisitos, tais como políticas, objetivos e metas ambientais, podem ser coordenados com os esforços existentes nos diversos departamentos da empresa (MEDEIROS, 2003).

Miamoto (2001, p. 50) expõe que o SGA oferece vantagens para a organização criando uma imagem “verde”, oferecendo acesso a novos mercados, reduzindo os acidentes ambientais e custos de remediação, conservando a energia e recursos naturais, racionalizando as atividades, reduzindo perdas e desperdícios, com maior economia facilitando o acesso a financiamentos. Assim a implementação de um SGA, “[...] além de promover a redução dos

custos internos das organizações, aumenta a competitividade e facilita o acesso aos mercados consumidores, em consonância com os princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável”. As vantagens oferecidas para os clientes são: confiança na sustentabilidade do produto; acompanhamento da vida útil do produto; cuidados com a disposição final do produto; incentivo à reciclagem, se for o caso; produtos e processos mais limpos; conservação dos recursos naturais; gestão de resíduos industriais; gestão racional do uso da energia e redução da poluição global.

2.3. OHSAS 18001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional

A OHSAS 18001 (*Occupational Health and Safety Assessment Series*) é uma norma de Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional. Foi publicada em 1999 pelo BSI e sua estrutura foi baseada na norma BS 8800, sendo desenvolvida com a cooperação de diversas associações e órgãos de certificação internacionais. A organização que opta pela sua implementação pretende demonstrar um desempenho de segurança e saúde ocupacional correto, controlando os riscos de suas atividades, produtos ou serviços, buscando a preservação da saúde e segurança dos colaboradores. O controle dos riscos de acidentes e de doenças ocupacionais provenientes de suas atividades tem feito com que cada vez mais organizações de todos os tipos estejam mais preocupadas em atingir e demonstrar o seu desempenho em saúde e segurança no trabalho (MIAMOTO, 2001).

Os custos humanos e financeiros para os trabalhadores, empregadores e para a sociedade em geral, resultante dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais não são totalmente refletidos pelas estatísticas oficiais de acidentes de trabalho. Patrício (2002) ressalta que as vantagens da introdução nas organizações de sistemas de gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SST), sejam ao nível da redução dos perigos e riscos como relativamente ao acréscimo de produtividade, têm conquistado um crescente reconhecimento pela sociedade em geral – governante, empregadores e trabalhadores. Por outro lado, uma organização que previna e minimize os riscos associados às suas atividades e se certifique (de acordo com um referencial reconhecido) vai oferecer uma maior confiança e uma melhoria de imagem, quer para os seus investidores, quer para os seus clientes (CAPELAS, 2002).

A OHSAS, mais especificamente a OHSAS 18001 foi oficialmente lançada em 1999, com base na norma BS 8800 (Norma britânica voltada para a saúde ocupacional e segurança). A OHSAS 18001 apresenta os requisitos para um Sistema de Gestão em Segurança e Saúde no Trabalho (SST), com o objetivo de suprir as organizações de elementos de gestão, no sentido de auxiliá-las a alcançar seus objetivos de segurança e saúde ocupacional, identificar perigos e controlar seus riscos de acidentes e doenças ocupacionais, e assim melhorar o seu desempenho. Dentre os seus objetivos está o de eliminar a confusão dentro dos locais de trabalho dado à proliferação de especificações certificáveis em SST (CAPONI, 2004). A OHSAS 18001 surgiu do anseio da sociedade em obter parâmetros para a comparação de suas organizações. Apesar de não possuir obrigatoriedade legal, a adesão das empresas a seu processo tem sido crescente. As especificações da norma foram desenvolvidas por um conjunto de órgãos independentes “em resposta urgente demandada por parte dos clientes, de ter uma norma para o sistema de gestão de saúde e segurança que possa servir de base para a avaliação e certificação de seus próprios sistemas de gestão (OHSAS 18001, 1999).

Conforme argumenta Cicco (2002), a Legislação Ambiental e as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho, entre outros requisitos legais, obrigam as empresas a implementar vários programas, tais como o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), o Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho, o Programa de Atendimento a Emergências, entre outros. De uma forma geral, tanto os programas exigidos pela Legislação como os programas corporativos particulares de

cada empresa são implementados de forma isolada, com pouca participação de outras pessoas além dos especialistas em meio ambiente e SST, bem como não são adequadamente sistematizados nem interligados através de um verdadeiro sistema de gestão. Um sistema de gestão integrada que possa abranger qualidade, meio ambiente e segurança e saúde ocupacional é uma excelente oportunidade para sanear problemas nos diversos segmentos, incluindo-se aí, a identificação e o acesso estruturado aos requisitos legais e a outros requisitos subscritos pela organização.

Santos (2002) descreve os benefícios potenciais associados a um eficaz sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho incluindo: (i) Assegurar aos clientes o comprometimento com uma gestão da SST demonstrável; (ii) Manter boas relações com os sindicatos de trabalhadores; (iii) Fortalecer a imagem da organização e sua participação no mercado; (iv) Aprimorar o controle do custo de acidentes; (v) Reduzir acidentes que impliquem em responsabilidade civil; (vi) Demonstrar atuação cuidadosa; (vii) Estimular o desenvolvimento e compartilhar soluções de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais; (viii) Melhorar as relações entre a indústria e o governo.

Podem ser obtidos também benefícios econômicos com a implementação de um sistema de gestão da SST (HAMAD, 2003). Recomenda-se que tais benefícios sejam identificados de forma a demonstrar às partes interessadas, sobretudo aos acionistas, o valor de uma gestão eficaz da segurança e saúde dos trabalhadores para a organização. Isso também dá a uma empresa a oportunidade de ligar objetivos de SST a resultados financeiros específicos, assegurando assim que os recursos necessários estejam disponíveis. Para Caponi (2004) a OHSAS18001 proporciona às organizações obterem benefícios econômicos com sua implementação. Dessa forma, é importante a identificação desses benefícios no sentido de demonstrar às partes interessadas, entre elas os acionistas, o valor de um sistema de gestão eficaz, permitindo uma ligação dos objetivos de SST a resultados financeiros, que reforça e garante a disponibilidade dos recursos necessários ao sistema.

Stares (1997) salienta que a implementação de um sistema de gestão de segurança e saúde também traz vantagens competitivas para a empresa, assim como os sistemas de qualidade e meio ambiente. Segundo afirma o autor, acidentes do trabalho e doenças ocupacionais podem custar até 10% do lucro bruto da empresa. Assim, o gerenciamento adequado de SST pode promover a redução dos acidentes e doenças ocupacionais, melhorar a eficiência da empresa e conseqüentemente sua competitividade, trazendo ao mesmo tempo benefícios a todas as partes interessadas. A proteção do meio ambiente e da segurança e saúde dos empregados, aliado ao desejo público dos consumidores por produtos com melhor qualidade, está alcançando patamares de exigência como nunca visto antes. Agregar valor ao produto através do aperfeiçoamento de um sistema de gestão integrado, aliado aos aspectos econômicos trazidos pelo aumento da eficácia e redução dos desperdícios, pode ser uma grande vantagem competitiva para a empresa.

2.4. SA 8000 – Responsabilidade Social

A SA 8000 (*Social Accountability*) é uma norma de Sistema de Responsabilidade Social internacionalmente reconhecida, baseada nos princípios de onze Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Inicialmente foi publicada pela Agência de Credenciamento do Conselho de Prioridades Econômicas – CEPAA e revisada e publicada em 2001 pelo SAI (*Social Accountability International*). Foi desenvolvida para promover um negócio socialmente responsável e define as diretrizes de um sistema de gestão que inclui práticas relacionadas: à saúde e segurança, trabalho infantil, trabalho forçado, liberdade de associações, discriminação, práticas disciplinares, horas de trabalho e remuneração. A norma internacional SA 8000, editada pela SAI – *Social*

Accountability International, foi criada em 1997 como resposta à pressão do mercado consumidor sobre empresas que ignoram o descaso de seus fornecedores em relação às condições de trabalho oferecidas por suas fábricas. Organizada nos moldes das normas ISO 9000 e baseada na Organização Internacional do Trabalho, Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Alcântara (2003) afirma que a SA 8000 foi criada para diferentes países, diferentes culturas e diferentes religiões com a missão de, entre outros objetivos, promover a melhoria das condições de trabalho no mundo e incentivar a colaboração entre empregadores, trabalhadores e organizações da sociedade civil. Esta norma está estruturada em nove elementos básicos: trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança, liberdade de associação e direito à negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horários de trabalho, remuneração e sistema de gestão.

“Uma grande vantagem da norma consiste na facilidade de integração com os sistemas de gestão da qualidade, meio ambiente e segurança e saúde no trabalho, tendo sido desenvolvida por empresas, ONGs e sindicatos tomando como base as normas ISO” (ABREU, LEAL NETO, 2005, p. 3). A norma serve para demonstrar os valores éticos que a empresa utiliza para com aqueles a que ela está ligada, como seus colaboradores, fornecedores, consumidores e comunidade. Esta norma tem validade de três anos, devendo a empresa ser auditada a cada seis meses. (MELO NETO; FROES, 2001). Para se adequar a tal norma a empresa precisa cumprir os requisitos básicos (SA8000 – *Social Accountability International*, 2003): não ter trabalho infantil, nem trabalho forçado; oferecer saúde e segurança no trabalho aos colaboradores; assegurar a liberdade de associação e direito à negociação coletiva, se opor a qualquer tipo de discriminação, ter práticas disciplinares regulamentadas, definir horário de trabalho e remuneração e ter um sistema de manutenção dos compromissos assumidos.

Muito provavelmente, o que é opcional, poderá vir a ser um requisito indispensável para as empresas, principalmente, aquelas que exportam. A SA 8000 é um código voluntário de conduta. Segundo Leipziger (2003), as empresas estão optando em implementar a SA 8000 como forma de ressaltar suas reputações através da melhoria no ambiente de trabalho e também porque desejam agir corretamente. As pressões exercidas pelos consumidores e investidores também representam papel vital no processo de encorajamento das empresas para adotarem a norma. “[...] a SA 8000 é uma resposta ao mercado consumidor sobre empresas que ignoram o descaso de seus fornecedores em relação às condições de trabalho oferecidas em suas fábricas” (MORAES, 2002, p. 3).

2.2.5 Considerações Relevantes sobre Sistema Integrado de Gestão - SIG

Muitas empresas estão se adequando às normas voluntárias internacionais de sistemas de gestão da qualidade, ambiental, de saúde e segurança ocupacional e de responsabilidade social, como meio de administrar suas atividades em relação a estas demandas. Estas normas servem de base para as organizações atingirem desempenhos mais sustentáveis de seus negócios, que abrangem as demandas econômicas, ambientais e sociais. Esta certificação empresarial pode ser percebida através do número de certificações concedidas às organizações, como por exemplo, as associadas ao CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável). Muitas destas possuem mais de um tipo de sistema de gestão certificado. Sendo que algumas já o integraram num único sistema de gerenciamento, que comumente passou a chamar de Sistema Integrado de Gestão (SIG).

Segundo Griffith (2000) um SIG é a estrutura organizacional, recursos e procedimentos utilizados para planejar, monitorar e controlar projetos nas áreas de qualidade, meio ambiente e saúde e segurança no trabalho. Da mesma forma, esse conceito pode ser estendido para a questão da responsabilidade social, uma vez que existe similaridade entre os

elementos de gestão associados. Para Karapetrovic (2003) as organizações que possuem múltiplos SIG têm basicamente duas escolhas: manter os sistemas separados ou integrá-los; sendo que a integração traria sinergia e eliminação das redundâncias e que pode acontecer através de todos os níveis hierárquicos ou somente envolver a alta administração e a operação.

Martinhão Filho e Souza (2006) apresentam as restrições e os benefícios que ocorrem (ou podem vir a ocorrer) no processo de implantação do SIG. As principais restrições técnicas são falta de expertise, dificuldade de se encontrar denominadores comuns e atendimento a leis e regulamentos. Em relação às restrições econômicas: falta de recursos, falta de pressão por parte dos clientes ou mesmo competidores, perda de flexibilidade e falta de planejamento estratégico. Sobre as restrições culturais, comunicação e informação, envolvimento e comprometimento, barreiras interdepartamentais, entre outras. Por outro lado há também os benefícios como: a melhoria da eficiência e eficácia dos processos, a redução da burocracia sistêmica, a eliminação de duplicidade e redundância de procedimentos e instruções e a redução de custos como quatro importantes benefícios de um SIG, além de servir como mecanismo para se “vender” o SIG. Para o autor os benefícios de um SIG superam as restrições e dificuldades encontradas durante o processo de integração.

3. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Inicialmente é preciso expor que há uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Quando se menciona desenvolvimento sustentável, uma vez que muitos utilizam o termo para designar a expectativa de que o país entre numa fase de crescimento que se mantenha ao longo do tempo, faz com que tal forma de desenvolvimento pressuponha a expansão econômica permanente, gerando melhoria nos indicadores sociais, além da preservação ambiental (ALTENFELDER, 2004). Entretanto, sustentabilidade é a capacidade de se auto-sustentar, se auto-manter. Uma atividade sustentável é aquela que pode ser mantida por um longo período indeterminado de tempo, ou seja, para sempre, de forma a não se esgotar nunca, apesar dos imprevistos que podem vir a ocorrer durante este período. Pode-se ampliar o conceito de sustentabilidade, em se tratando de uma sociedade sustentável, que não coloca em risco os recursos naturais como o ar, a água, o solo e a vida vegetal e animal dos quais a vida (da sociedade) depende (PHILIPPI, 2001).

Apesar de apresentarem similaridades, torna-se comum relacionar desenvolvimento sustentável a políticas públicas e sustentabilidade as demais ações promovidas pelo setor privado. No entanto, Young e Steffen (2006) salientam que a maior participação das organizações na promoção da sustentabilidade não pode substituir a ação pública, e que as medidas voluntárias tornam-se mais comuns no setor privado, com alguns projetos específicos que são criados e apoiados pela vontade e dedicação de seus proprietários. A partir desta explanação o termo a ser utilizado neste trabalho será sustentabilidade, pois relaciona o termo com as empresas e organizações, foco da discussão.

Safatle (2006b, p. 20) expõe que “o setor privado é a única instituição forte, flexível e internacional que sobrou no mundo. E com isso, a transformação atingiria outras instâncias da sociedade [...]. São as organizações privadas as grandes operadoras desse modelo econômico”. Para o setor empresarial, o conceito de sustentabilidade representa uma nova abordagem de se fazer negócios que, simultaneamente, promove inclusão social (com respeito à diversidade cultural e aos interesses de todos os públicos, direta e indiretamente, envolvidos no negócio), reduz e/ou otimiza o uso de recursos naturais e o impacto sobre o meio ambiente, preservando a integridade do planeta para as futuras gerações, sem desprezar a rentabilidade econômica-financeira da empresa. Tal abordagem, ao lado das melhores práticas de governança corporativa, cria valor ao acionista e proporciona maior probabilidade de continuidade do negócio a longo prazo (perenidade), ao mesmo tempo em que contribui para a sustentabilidade e para toda a sociedade (BOVESPA, 2005).

O setor empresarial, então, assume um papel fundamental na promoção das mudanças necessárias para que a humanidade, movida por valores morais, supere a crise da insustentabilidade (SAFATLE, 2006b). Na área empresarial a preocupação com a sustentabilidade tem se generalizado, e um grupo mais envolvido com esta inquietação criou uma entidade voltada a sustentabilidade empresarial, ligada ao movimento internacional de empresários com este foco (ALTENFELDER, 2004). O objetivo fundamental de qualquer organização é obter o maior retorno possível sobre o capital investido, ou seja, gerar lucro e remunerar seus acionistas. Para tanto, utiliza-se de ferramentas disponíveis para estar à frente dos concorrentes, obtendo maiores margens e fatias de mercado. No entanto, com as mudanças em sentido global, além dos fatores econômicos e estruturais, outros começam a fazer parte da responsabilidade das empresas, que são as questões do meio ambiente natural e as questões sociais.

Layrargues (1998, p. 60) afirma que “[...] as empresas que procuraram se alinhar [a sustentabilidade], ao invés de reagir negativamente, acabaram descobrindo ganhos importantes de produtividade e competitividade”. Para que as organizações possam contribuir para a sustentabilidade devem modificar seus processos produtivos, quando for necessário, para se tornarem ecologicamente sustentáveis. Isto implica em construir sistemas de produção que não causem impactos negativos e mesmo estejam contribuindo para a recuperação de áreas degradadas ou oferecendo produtos e serviços que contribuam para a melhoria da performance ambiental dos consumidores e clientes de uma indústria (CORAL, 2002). A autora apresenta um modelo de sustentabilidade a ser aplicado pelas empresas (Figura 1).

Sustentabilidade Ambiental	Sustentabilidade Econômica	Sustentabilidade Social
Atendimento a legislação Impactos ambientais Produtos ecologicamente corretos Reciclagem Tecnologias limpas Tratamento de efluentes e resíduos Utilização sustentável de recursos naturais	Estratégias de negócios Foco Mercado Qualidade e custo Resultado Vantagem competitiva	Assumir responsabilidade social Compromisso com o desenvolvimento dos recursos humanos Promoção e participação em projetos de cunho social Suporte no crescimento da comunidade

Figura 1: Modelo de sustentabilidade empresarial

Fonte: Coral, 2002, p. 129.

O conceito do tripé da sustentabilidade tornou-se amplamente conhecido entre as empresas e os pesquisadores, sendo uma ferramenta conceitual útil para interpretar as interações extra-empresariais e especialmente para ilustrar a importância de uma visão da sustentabilidade mais ampla, além de uma sustentabilidade econômica. Se o *Triple-Bottom Line* é o fundamento do desenvolvimento sustentável, também deve sê-lo para a sustentabilidade empresarial, assim as dimensões do *Triple-Bottom Line*, no contexto organizacional está diretamente ligadas a Economia, Meio-Ambiente e Sociedade, neste sentido Severo, Delgado e Pedrozo (2006), apresentam os itens:

Economia: leva-se em consideração o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica, a gestão dos recursos renováveis de forma que seja maximizada a sua utilização, evitando o seu esgotamento e respeitando sua capacidade de regeneração. Além disso, acredita-se que os benefícios e as preocupações advindas dessa inovação devem ser distribuídos por toda a cadeia de valor.

Meio-Ambiente: compreender e respeitar as limitações dos recursos naturais e os seus ciclos de renovação, através da melhor utilização dos recursos não-renováveis, potencialização do uso de recursos renováveis e respeito, a manutenção da biodiversidade de

espécies. E, é fundamental a retomada de um vínculo do homem com a natureza, que se perdeu ao longo da história de industrialização e urbanização da sociedade.

Sociedade: para uma inovação sustentável é inadmissível que esta resulte em exclusão social e danos a saúde das pessoas e do ambiente. Quando se trata da dimensão sociedade deve-se incluir ainda aspectos políticos e culturais, que entende-se serem determinantes para que a dimensão sociedade esteja em equilíbrio com as demais. As políticas sustentáveis devem, por meio de programas e ações, atender a uma melhoria real das condições de vida das pessoas sem perturbar as funções ecossistêmicas essenciais. Para tanto a inclusão de variáveis relativas à qualidade de vida das pessoas e aos danos ambientais.

As organizações para serem consideradas sustentáveis precisam ter ações e programas que permeiem pelas três dimensões. É importante salientar que dentro dos princípios de sustentabilidade, não se podem separar as questões sociais das questões ambientais. Por isso, quando uma organização é ecologicamente sustentável, ela também estará atuando de forma socialmente responsável, de forma a atender os interesses de todos os *stakeholders* que afetam ou são afetados por suas atividades. A sustentabilidade passa a ser uma realidade nas organizações brasileiras, na década de 1980, em decorrência do aumento da consciência ecológica, o setor empresarial apresentou-se disposto a pagar o preço da consideração desta nova variável no processo produtivo e anuncia uma fase na qual a produção seria necessariamente limpa. A preocupação ambiental passou, gradativamente, a ser encarada como uma necessidade de sobrevivência, diferenciando as organizações em termos de política de marketing e de competitividade no mercado (LAYRARGUES, 1998).

A partir de então, surgiram também ações que se voltassem para o desenvolvimento social – interno e externo. O novo contexto foi se consolidando com os anos, e atualmente as empresas procuram promover a sustentabilidade, levando em consideração, também, retornos financeiros/econômicos. A evolução do pensamento sustentável, que parte da esfera pública, cabendo a cada nação promover o desenvolvimento sustentável em seu território, chega às organizações privadas, pois os clientes estão mais exigentes, demandando uma posição mais responsável por parte das empresas. Neste enredo, emerge o conceito de sustentabilidade empresarial. A sustentabilidade empresarial é composta de ações que as organizações realizam, tais ações procuram visar à redução de impactos ambientais; a promoção de programas sociais e, se mantém economicamente viável no mercado. O conceito, então, está intimamente ligado às três dimensões ambiental, econômica e social (Quadro 1).

Triple-Bottom Line		Contexto Organizacional	
Dimensão Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção e preservação ambiental - Cuidados com os recursos - Gestão de resíduos - Gestão dos riscos e impactos 	Meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Respeitar as limitações naturais - Racionalizar recursos não-renováveis - Potencializar do uso de recursos - Manter a biodiversidade
Dimensão Econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Resultados econômicos - Direitos dos acionistas - Competitividade - Clientes e fornecedores 	Economia	<ul style="list-style-type: none"> -Desenvolvimento econômico/financeiro -Segurança alimentar -Modernização contínua -Maximiza da utilização dos recursos
Dimensão Social	<ul style="list-style-type: none"> - Direitos humanos - Direitos dos trabalhadores - Envolvimento com a comunidade - Transparência - Postura ética 	Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> -Inclusão social -Saúde ocupacional (segurança) -Aspectos políticos -Aspectos culturais -Qualidade de vida
(OLIVEIRA FILHO, 2004; KRAEMER, 2003; CARVALHO, VIANA, 1998)		(SEVERO; DELGADO; PEDROZO, 2006)	

Quadro 1: Relação entre o *Triple-Bottom Line* e o Contexto Organizacional na conceituação de Sustentabilidade Empresarial

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante deste contexto, estudos têm mostrado que as empresas têm investido em sustentabilidade empresarial (ARAÚJO, MORAIS, MENDONÇA, 2006; CORAL, 2002; MARTINHÃO FILHO, MEDEIROS, 2003) e com bases nestas ações definem-se os principais indicadores sustentáveis:

Dimensão Ambiental: Redução das Emissões de gases nocivos, de efluentes líquidos e de resíduos sólidos; Consumo consciente dos recursos água e energia; Conformidade com as normas ambientais; Exigência de um posicionamento sócio-ambiental dos fornecedores; Uso racional dos materiais utilizados na produção; Investimentos na biodiversidade; Programa de reciclagem e Preservação do meio ambiente.

Dimensão Econômica: Aumento ou estabilidade do faturamento; Tributos pagos ao governo; Folha de pagamento; Maior lucratividade; Receita organizacional; Investimentos ; Aumento das exportações (relacionamento com o mercado externo).

Dimensão Social: Desenvolvimento da comunidade/sociedade; Segurança do trabalho e saúde ocupacional; Responsabilidade social; Treinamento; Cumprimento das práticas trabalhistas; Seguridade dos direitos humanos; Diversidade cultural.

É importante ressaltar que, se uma empresa investe em ações ambientais tão somente ela possui uma boa gestão ambiental, se uma empresa está voltada para o social, gestão social, se mescla ações voltadas para o meio ambiente e para o social, gestão sócio-ambiental. Para ser considerado sustentabilidade empresarial é necessário apresentar ações voltadas para as três dimensões básicas.

4. CERTIFICAÇÃO, SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

Dentro do atual mercado novos conceitos e atitudes são incrementados às ações e políticas adotadas pelas empresas, tais conceitos como sustentabilidade, responsabilidade social, reciclagem, redução do consumo de recursos e emissões de efluentes, reaproveitamento, reutilização, etc., contribuem para uma nova postura da empresa frente à sociedade. Assim, a questão da avaliação ambiental, da qualidade, da responsabilidade social e da saúde e segurança na busca por uma melhoria contínua, passa a ser um assunto de interesse atual (TAVARES JÚNIOR, 2001). Mais do que buscar a certificação em normas de qualidade, que proporcionam uma oportunidade de melhoria de desempenho do produto ou serviço para melhor atender os clientes, as organizações estão ampliando tal abordagem e buscando também oportunidades de melhorias nos aspectos ambientais e sociais, para o atendimento de exigências da sociedade. Já é perceptível a direção das organizações para Sistemas Integrados de Gestão, e pela busca do desenvolvimento com responsabilidade através dos conceitos de sustentabilidade (MEDEIROS, 2003).

A relevância de um Sistema Integrado de Gestão é destacada pela necessidade de responder aos atuais paradigmas da globalização e da crescente conscientização por produtos e processos que contribuam para uma melhoria na qualidade de vida da sociedade, respeito aos direitos humanos de uma maneira geral e critérios ambientais direcionados a sustentabilidade (TAVARES JÚNIOR, 2001), assim, de acordo com Jappur (2004, p. 73) “[...] muitas organizações estão aderindo às normas voluntárias internacionais de sistemas de gestão da qualidade, ambiental, de saúde e segurança ocupacional e de responsabilidade social, como meio de gerenciamento de suas atividades em relação a estas demandas”. As normas, então, servem de apoio para as empresas atingirem desempenhos mais sustentáveis, que de certa forma abrangem as dimensões econômicas, ambientais e sociais do tripé da sustentabilidade empresarial.

As organizações já perceberam a oportunidade de incorporar o desenvolvimento e a melhoria da performance econômica a eco-eficiência e à responsabilidade social. Desta forma, cada uma das empresas desenvolve seu programa de gestão (total ou parcialmente integrada)

de acordo com suas próprias características, conforme as características da indústria na qual elas estão inseridas e de acordo com a visão das partes interessadas, levando em conta novas oportunidades que não se considerava no passado e por isso encontram novas vantagens competitivas (MEDEIROS, 2003). As melhorias contínuas citadas nas normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001 procuram continuamente melhorar sua eficácia do SIG por meio da política, objetivos, resultados de auditorias, análise de dados, ações corretivas e preventivas e análise crítica da direção. Assim a organização não fica estagnada e está sempre buscando meios para melhorar as gestões ambiental, ocupacional e da qualidade.

No entanto, Jappur (2004, p. 76) observa que a “[...] certificação nestes sistemas de gestão não significa que uma determinada organização seja sustentável, pois o que promoverá isso é o nível e a abrangência do desempenho dos indicadores produzidos por estes sistemas”. A certificação das normas internacionalmente reconhecidas não garante que uma organização seja sustentável, mas ao longo dos últimos anos tem se tornado um método que vem contribuindo com este fim. O relacionamento dos dados referentes às normas internacionalmente reconhecidas com as dimensões sustentáveis parecem indicar que o processo de certificação às normas promove uma sustentabilidade empresarial básica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho parte do pressuposto que os impactos que ocorrem no processo de certificação às normas reconhecidas internacionalmente, em sua implantação, promovem sustentabilidade empresarial. A ênfase é dada no processo de certificação, pois torna-se possível confrontar quais foram às mudanças nos processos produtivos em termos de sustentabilidade empresarial.

Os recursos naturais são finitos, se não houver ações para conservá-los e mantê-los, não haverá mais meio ambiente. As indústrias sempre retiraram da natureza a matéria-prima para sua produção sem se preocupar com tal finitude de recursos naturais. A sociedade, composta de consumidores conscientes, começou a exigir uma postura ambientalmente correta das empresas, tais exigências foram além da conservação do meio ambiente, a sociedade passou a também demandar mais ações sociais, internas para com os colaboradores, bem como externas para o desenvolvimento da comunidade. Sustentabilidade empresarial, então, é compreendida quando uma empresa privada fomenta programas sócio-ambientais e se mantém competitiva no mercado.

O fato das normas serem genéricas e, portanto aplicáveis a todos os tipos de organizações, somadas a questão de melhorias contínuas fazem com que emirjam ações únicas que procuram melhor gerir os aspectos de qualidade, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional (e também sobre responsabilidade social). Assim a descrição do processo de certificação das normas reconhecidas internacionalmente fazem um paralelo com a sustentabilidade empresarial:

ISO 9001 (dimensão econômica): a oferta de produtos de qualidade pode contribuir para o aumento as exportações, gerar melhores resultados econômicos e financeiros para a organização e é considerado como uma estratégia organizacional.

ISO 14001 (dimensão ambiental): tratamento dos efluentes, reciclagem dos resíduos, controle das emissões, adoção de tecnologias limpas, racionalidade dos recursos naturais (água e energia principalmente), atendimento a legislação ambiental, preservação do meio ambiente e exigência de conformidades por parte dos fornecedores.

OHSAS 18001 e SA 8000 (dimensão social): promoção da responsabilidade social, desenvolvimento dos colaboradores, saúde e segurança ocupacional, ações para o desenvolvimento da comunidade, atendimento dos direitos humanos e das práticas trabalhistas.

Uma vez que às normas são associadas a três grandes conjuntos: qualidade (ISO 9001), meio ambiente (ISO 14001) e funcionários e sociedade (OHSAS 18001 e SA 8000), e que se relacionam diretamente com as dimensões da sustentabilidade empresarial, respectivamente: econômico, ambiental e social; confirma-se o pressuposto de que a certificação às normas internacionalmente reconhecidas, estudada neste trabalho, geram sustentabilidade empresarial.

Para trabalhos futuros sugere-se pesquisas qualitativas que analisem o processo de certificação as normas internacionalmente reconhecidas em organizações, estudo de casos, para se verificar empiricamente as ações sustentáveis implantadas concomitantemente.

REFERÊNCIAS

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14004:1996**: sistemas de gestão ambiental: diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio. Rio de Janeiro, 1996.

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO9000:2000**: sistemas de gestão da qualidade: fundamentos e vocabulário. Rio de Janeiro, 2000a.

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO9001:2000**: sistemas de gestão da qualidade: requisitos. Rio de Janeiro, 2000b.

ABREU, Mônica Cavalcanti Sá de. LEAL NETO, Antenor Gomes de Barros. Os Desafios da Implantação da Norma SA8000 – Responsabilidade Social na Petrobras/Lubnor. In: **REAd**, ed. 48, v. 11, n. 6, nov-dez, 2005.

ALCÂNTARA, Christiane Madalena Matheus de. A Responsabilidade Social como Ferramenta na Formulação de uma Estratégia Corporativa. In: **REA – Revista Eletrônica de Administração**, n. 3, mai/ago, 2003.

ALTENFELDER, Ruy. Desenvolvimento sustentável. **Gazeta Mercantil**. 06 maio 2004, A3.

ARAÚJO, Geraldino Carneiro de. MORAIS, Wladimir Augusto César de. MENDONÇA, Paulo Sérgio Miranda Mendonça. O processo de certificação as normas internacionalmente reconhecidas em relação a sustentabilidade. In: **SIMPOSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS**, 9., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV-EAESP, 1 CD-ROM.

BOVESPA, Bolsa de Valores de São Paulo. **Índice de sustentabilidade empresarial**. Disponível em: <http://www.institutopharos.org/home/questionario_ise.pdf>. Acesso em: 13 out. 2005.

CAPELAS, Lurdes. **Manual prático para a certificação da qualidade com base nas normas ISO9001:2000**. Verlag Dashofer. Lisboa, 2002.

CAPONI, Antonio Claret. **Proposta de método para identificação de perigos e para avaliação e controle de riscos na construção de edificações**. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo Campinas, SP, 2004.

CARVALHO, Osires.; VIANA, Osório. Ecodesenvolvimento e equilíbrio ecológico: algumas considerações sobre o Estado do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 29, n. 2, abr./jun. 1998.

CICCO, Francesco. **Sistemas integrados de gestão**. Disponível em: <<http://www.qsp.com.br/artigo.shtml>>. Acesso em: 12 jun. 2002.

CORAL, Elisa. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. 282f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2002.

DUTRA, Cleber J.C.; PEDROZO, Eugenio Ávila; SILVA, Tania Nunes da. Investimentos coerentes para inovações em sustentabilidade. In: **SIMPOSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS**, 9., 2006, São Paulo.

Anais... São Paulo: FGV-EAESP, 1 CD-ROM.

GRIFFITH, Allan. Integrated management systems: a single management system solution for Project control? **Engineering, Construction and Architectural Management**, v.7, n.3, p.232-240, 2000.

HAMAD, Antonio José Simões. **Modelo de percepção de risco a saúde através da integração das normas ISO 15161, OHSAS18001, ISO14000**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

HARRINGTON, H. James.; KNIGHT, Allan. **A Implementação da ISO 14000: como atualizar o sistema de gestão ambiental com eficácia**. São Paulo: Atlas, 2001.

ISO, INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Publicizing your ISO 9001 or ISO 14001 certification**. Disponível em: <<http://www.iso.ch>>. Acesso em: 27 jul. 2003.

ISO, INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **The ISO14000 survey – 10th Cycle**. Disponível em: <<http://www.iso.ch/iso/en/commcentre/pressrelease/2001/survey14000graph.html?printable=true>>. Acesso em: 4 jun. 2002.

JAPPUR, Rafael Feyh. **A sustentabilidade corporativa frente às diversas formações de cadeias produtivas segundo a percepção de especialistas**. 2004. 161f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

KARAPETROVIC, Stanislav. Musings on integrated management systems. **Measuring Business Excellence**, v.7, n.1, p.4-13, 2003.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade rumo á pós-modernidade: um futuro sustentável, responsável e transparente**. Disponível em: <http://www.gestaoambiental.com.br/recebidos/maria_kraemer_pdf/A%20contabilidade%20rumo%20a%20pos%20modernidade.pdf>. Acesso em: 23 out. 2005.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça: o discurso verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume, 1998.

LEIPZIGER, Deborah. **SA8000: O Guia Definitivo para a Nova Norma Social**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003

MAIMON, Dalia. **ISO14000 – Passo a Passo da Implantação nas Pequenas e Médias Empresas**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda., 1999.

MARTINHÃO FILHO, Odersio. SOUZA, Luiz Gonzaga Mariano de. **Sistema integrado de gestão: um estudo de caso sobre as restrições e os benefícios identificados numa empresa automotiva**. In: SIMPOSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 9., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV-EAESP, 1 CD-ROM.

MEDEIROS, Edmar Bezerra de. **Um modelo de gestão integrada de qualidade, meio ambiente, segurança e saúde ocupacional para o desenvolvimento sustentável: setor de mineração**. 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MIAMOTO, Sueli Mieko. **Auditoria de SIG (Sistemas Integrados de Gestão) como Instrumento de Vigilância Sanitária em Indústrias de Móveis em Paranavaí – Paraná. Florianópolis**, 2001. 182f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)- Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2001. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/7677.pdf>>. Acesso em 13 dez. 2005.

MORAES, Adriano Davis. **Responsabilidade Social Corporativa**. Dez. 2002. Disponível

em: <http://www.univap.br/biblioteca/hp_dez_2002/Revisada%20dez%202002/028.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2006.

MOREIRA, Maria Sueli. **Estratégia e implementação de sistema de gestão ambiental – modelo ISO 14000**. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial, 2001.

OHSAS18001:1999. Especificação da gestão em saúde e segurança do trabalho, 1999.

OLIVEIRA FILHO, Jaime E. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma econômico para as organizações modernas. **Domus on line: Rev. Teor. Pol. soc. Cidad.**, Salvador, v. 1, n. 1, jan./jun. 2004.

PATRÍCIO, Cláudia Sofia Magalhães de Carvalho. **Integração dos Sistemas Gestão**. Disponível em: <http://www.ti.usc.es/lugo-xiii-hispano-lusas/pdf/01_ESTRATEGIA/12_magalhaes.pdf>. Acesso em 12 jun. 2006.

PHILIPPI, Luiz Sérgio. A Construção do Desenvolvimento Sustentável. In.: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná. **Educação Ambiental** (Curso básico à distância) Questões Ambientais – Conceitos, História, Problemas e Alternativa. 2. ed, v. 5. Brasília:Ministério do Meio Ambiente, 2001.

RIBEIRO, Gladis. Os homens que não copiavam. **Adiante: Inovação para Sustentabilidade**. São Paulo: FGV-CES, n. 4, abr. 2006.

SA8000. Responsabilidade Social 8000. Disponível em: <http://www.qsp.org.br/doc/SA_8000_2001_Portugues.doc>. Acesso em 12 jun. 2006.

SAFATLE, Amália. A fórmula do casamento. **Adiante: Inovação para Sustentabilidade**. São Paulo: FGV-CES, n. 3, mar. 2006a.

SAFATLE, Amália. De espírito presente. **Adiante: Inovação para Sustentabilidade**. São Paulo: FGV-CES, n. 8, ago. 2006b.

SANTOS, Vânia Sant'anna. **Um estudo comparativo entre o PNQ e as normas ISO9000, ISO14000, e OHSAS18001**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

SEVERO, Lessandra Scherer; DELGADO, Natalia Aguilar; PEDROZO, Eugênio Ávila. A emergência de “inovações sustentáveis”: questão de opção e percepção: In: SIMPOSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 9., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV-EAESP, 1 CD-ROM.

STARES, James. **Towards an integrated management system**. Aberystwyth, UK: University of Wales, 1997.

VITERBO JUNIOR, Enio. **Sistema integrado de gestão ambiental: como implementar um sistema de gestão que atenda à norma ISO 14001, a partir de um sistema baseado na norma ISO 9000**. São Paulo: Aquariana, 1998.

TAVARES JÚNIOR, João Medeiros. **Metodologia para avaliação do sistema integrado de gestão: ambiental, da qualidade e da saúde e segurança**. 2001. 202 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; STEFFEN, Priscila Geha. Instrumentos econômicos são uma mão na roda. **Adiante: Inovação para Sustentabilidade**. São Paulo: FGV-CES, n. 3, mar. 2006.